

JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ

# AÇÃO RESCISÓRIA DOS JULGADOS

3ª edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2017 by

**EDITORIA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Atlas passou a publicar esta obra a partir da 2ª. edição.

- Capa: Nilton Masoni

- Foto de capa: Oriene Pavan \ Santuário de Santa Luzia (Portugal)

- Data de fechamento: 26.07.2017

- CIP-BRASIL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D61a

Diniz, José Janguê Bezerra

Ação rescisória dos julgados / José Janguê Bezerra Diniz ; prefácio Ada Pellegrini Grinover. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-01342-9

1. Direito do trabalho - Brasil. I. Título.

16-33830

CDU: 349.2(81)

1103859

## SUMÁRIO

.....	
<b>Introdução</b> .....	<b>XXIII</b>
<b>1. Da Ação Rescisória</b> .....	<b>1</b>
1.1 Considerações iniciais .....	1
1.2 Esboço histórico .....	2
1.2.1 Direito romano .....	2
1.2.2 Ordenações reinícolas .....	4
1.2.3 No Brasil .....	6
1.3 Direito estrangeiro .....	10
1.3.1 Itália .....	11
1.3.2 França .....	11
1.3.3 Alemanha .....	12
1.3.4 Espanha .....	13
1.3.5 Portugal .....	14
1.3.6 Direito canônico .....	15
<b>2. Do Cabimento da Ação Rescisória</b> .....	<b>19</b>
2.1 Do cabimento da ação rescisória .....	19
2.1.1 Considerações iniciais .....	19
2.1.1.1 Do conceito .....	19
2.1.2 Da natureza jurídica da ação rescisória .....	25
2.2 Cabimento no processo civil .....	28
2.2.1 Considerações iniciais .....	28
2.2.2 Cabimento de rescisória quando a citação foi nula .....	29
2.2.3 Cabimento de rescisória em sentença declaratória incidental...	34

2.2.4	Cabimento de rescisória de sentença proferida em ação monitória.....	36
2.2.4.1	Considerações iniciais sobre ação monitória.....	36
2.2.4.2	Pressupostos .....	38
2.2.4.3	Natureza jurídica da ação injuntiva.....	45
2.2.4.4	Competência.....	46
2.2.4.5	Procedimento .....	46
2.2.4.6	Natureza jurídica dos embargos monitórios.....	49
2.2.4.7	Recursos.....	51
2.2.4.8	Monitória contra a Fazenda Pública .....	51
2.2.4.9	Conclusões sobre rescisória em sentença prolatada em ação monitória.....	53
2.2.5	Rescisória de sentença prolatada por juiz arbitral.....	54
2.2.6	Cabimento de rescisória de sentença proferida em outra ação rescisória .....	65
2.2.7	Outras sentenças – cabimento .....	66
2.2.8	Sentenças que não ensejam ação rescisória.....	71
2.3	Cabimento no processo trabalhista .....	79
2.4	Tratamento legislativo .....	83
3.	<b>Da Admissibilidade da Ação Rescisória .....</b>	<b>85</b>
3.1	Admissibilidade (fundamentos) .....	85
3.1.1	Considerações iniciais.....	85
3.1.2	Admissibilidade decorrente da <i>quaestio juris</i> .....	88
3.1.2.1	Quando a decisão ofender coisa julgada.....	88
3.1.2.2	Quando a decisão violar manifestamente norma jurídica.....	93
3.1.2.2.1	Rescisória de violação de norma jurídica e a exigência de prequestionamento .....	95
3.1.2.2.2	Rescisória em face de violação de jurisprudências (súmulas e orientações jurisprudenciais) e costume .....	100
3.1.2.2.3	Rescisória de violação de princípios gerais do direito .....	102
3.1.2.2.4	Rescisória decorrente de modificação de jurisprudência .....	108

3.1.3	Admissibilidade decorrente da <i>quaestio facti</i> .....	111
3.1.3.1	Quando a decisão rescindenda se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal, ou seja, provada na própria rescisória .....	111
3.1.3.2	Quando “obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável” .....	116
3.1.3.3	Quando “houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença”, nos termos do antigo CPC .....	118
3.1.3.3.1	Transação .....	119
3.1.3.3.2	Confissão.....	122
3.1.3.3.3	Desistência.....	123
3.1.3.4	Quando “for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos” .....	125
3.1.4	Admissibilidade decorrente da figura do juiz.....	128
3.1.4.1	Circunstâncias pessoais do juiz.....	129
3.1.4.1.1	Prevaricação .....	129
3.1.4.1.2	Concussão.....	131
3.1.4.1.3	Corrupção.....	131
3.1.4.2	Circunstâncias funcionais.....	132
3.1.4.2.1	Incompetência absoluta .....	132
3.1.4.2.2	Impedimento.....	134
3.1.5	Admissibilidade decorrente do dolo ou fraude à lei .....	136
3.1.6	Outros casos de admissibilidade .....	141
3.1.7	Aplicação do brocardo <i>jura novit curia</i> .....	142
4.	<b>Do Processamento da Ação Rescisória</b> .....	145
4.1	Processamento.....	145
4.1.1	Observações preliminares (prazo) .....	145
4.1.2	Requisitos gerais da petição inicial da rescisória.....	152
4.1.2.1	Considerações iniciais.....	152
4.1.2.2	Juiz a quem é dirigida.....	154
4.1.2.3	Partes e suas qualificações .....	155
4.1.2.4	Fundamentos jurídicos do pedido.....	155
4.1.2.5	O pedido e suas especificações.....	157
4.1.2.6	Valor da causa.....	158

4.1.2.7	Os meios de prova.....	159
4.1.2.8	Instrumento de mandato .....	160
4.1.3	Requisitos específicos da petição inicial da rescisória.....	161
4.1.3.1	Prova do trânsito em julgado da decisão .....	161
4.1.3.2	Requerimento da cumulação do <i>judiscium rescin-</i> <i>dens</i> com o <i>judiscium rescissorium</i> .....	163
4.1.3.3	Prova do depósito de 5% sobre o valor da causa ....	165
4.1.4	Pressupostos processuais .....	168
4.1.5	Condições da ação.....	173
4.1.6	Indeferimento da petição inicial.....	178
4.1.7	Resposta do réu.....	179
4.1.7.1	Contestação .....	179
4.1.7.2	Revelia .....	182
4.1.7.3	Reconvenção.....	183
4.1.7.4	Prova.....	185
4.1.7.5	Transação .....	186
4.1.7.6	Razões finais, intervenção de terceiro, prescrição, execução, cautelar, irretroatividade da lei .....	186
5.	Da Legitimidade na Ação Rescisória.....	189
5.1	Legitimidade .....	189
5.1.1	Legitimidade ativa .....	189
5.1.1.1	Legitimidade ativa de quem foi parte na ação matriz.....	189
5.1.1.2	Legitimidade ativa do Ministério Público .....	190
5.1.1.3	Legitimidade ativa de terceiros .....	194
5.1.2	Legitimidade passiva.....	203
6.	Dos Efeitos da Ação Rescisória e a Tutela Provisória .....	205
6.1	Efeitos da rescisória sobre a execução em curso.....	205
6.1.1	Considerações iniciais.....	205
6.1.2	Tutela provisória em ação rescisória .....	207
6.1.2.1	Observações preliminares sobre tutela provisória... ..	207
6.1.2.2	Processamento do pedido.....	212
6.1.2.3	Tutela provisória no processo do trabalho .....	214
6.1.2.4	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	216
6.1.2.5	Conclusões sobre tutela provisória em sede de ação rescisória.....	218

6.2	Órgão competente para apreciar e julgar a rescisória .....	219
6.3	Intervenção obrigatória do Ministério Público na rescisória .....	224
<b>7.</b>	<b>Dos Recursos em Sede de Ação Rescisória .....</b>	<b>227</b>
7.1	Recursos admissíveis em rescisória no processo civil e no processo trabalhista.....	227
7.1.1	No processo civil.....	227
7.1.1.1	Considerações iniciais.....	227
7.1.1.2	Embargos de declaração .....	228
7.1.1.2.1	Considerações iniciais.....	228
7.1.1.2.2	Cabimento .....	229
7.1.1.2.3	Multa .....	231
7.1.1.2.4	Natureza jurídica.....	234
7.1.1.2.5	Considerações finais .....	236
7.1.1.3	Do recurso especial.....	236
7.1.1.3.1	Considerações iniciais.....	236
7.1.1.3.2	Cabimento .....	237
7.1.1.3.3	Procedimento .....	243
7.1.1.3.4	Efeito.....	246
7.1.1.3.5	Preparo .....	247
7.1.1.3.6	Considerações finais.....	248
7.1.1.4	Do recurso extraordinário.....	250
7.1.1.4.1	Considerações iniciais.....	250
7.1.1.4.2	Cabimento .....	252
7.1.1.4.3	Procedimento .....	254
7.1.1.4.4	Efeito.....	256
7.1.1.4.5	Natureza jurídica.....	256
7.1.1.4.6	Preparo.....	256
7.1.1.4.7	Considerações finais.....	257
7.1.2	No processo trabalhista .....	258
7.1.2.1	Considerações iniciais.....	258
7.1.2.2	Recurso ordinário .....	262
7.1.2.2.1	Considerações iniciais.....	262
7.1.2.2.2	Pressupostos do recurso ordinário .....	263
7.1.2.2.3	Juízo de admissibilidade .....	272
7.1.2.2.4	Procedimento .....	273

<b>8. Gráficos, Súmulas e Normas em Matéria Rescisória.....</b>	<b>275</b>
8.1 Ação rescisória em gráficos .....	275
8.2 Súmulas sobre Ação Rescisória .....	278
8.2.1 Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....	278
8.2.2 Súmulas do extinto TFR sobre ação rescisória .....	278
8.2.3 Súmulas do TST sobre ação rescisória.....	279
8.2.4 Orientações jurisprudenciais do TST sobre ação rescisória.....	288
8.2.4.1 Orientações Jurisprudenciais da SDI-2.....	288
8.2.5 Súmulas do STJ sobre ação rescisória .....	300
<b>9. Conclusões .....</b>	<b>309</b>
<b>10. Parte Prática.....</b>	<b>311</b>
10.1 Petição inicial de rescisória, com base no inciso I do art. 966 do CPC – prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	311
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	311
2. Da prova do trânsito em julgado.....	312
3. Dos fatos .....	312
4. Do pedido.....	312
10.2 Petição inicial de rescisória com base no inciso II do art. 966 do CPC – juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente .....	314
1. Da prova do trânsito em julgado .....	314
2. Dos fatos .....	314
3. Dos pedidos .....	315
10.3 Petição inicial de rescisória com base no inciso III do art. 966 do CPC – resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei .....	316
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	316
2. Da prova do trânsito em julgado.....	316
3. Do direito violado.....	316
4. Do pedido.....	317
10.4 Petição inicial de rescisória com base no inciso IV do art. 966 do CPC – ofensa à coisa julgada.....	318
1. Dos requisitos de admissibilidade.....	318
2. Da prova do trânsito em julgado .....	318
3. Do direito violado.....	318
4. Do pedido.....	319



10.5	Petição inicial de rescisória com base no inciso V do art. 966 do CPC – violar manifestamente norma jurídica .....	320
1.	Da prova do trânsito em julgado .....	320
2.	Dos requisitos de admissibilidade .....	320
3.	Dos fatos .....	320
4.	Do pedido .....	321
10.6	Petição inicial de rescisória com base no inciso VI do art. 966 do CPC – fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória .....	322
1.	Dos requisitos de admissibilidade .....	322
2.	Da prova do trânsito em julgado .....	322
3.	Dos fatos .....	322
4.	Do pedido .....	323
10.7	Petição inicial de rescisória com base no inciso VII do art. 966 do CPC – prova nova .....	325
1.	Dos requisitos de admissibilidade .....	325
2.	Da decisão do trânsito em julgado .....	325
3.	Dos fatos .....	325
4.	Do direito lesado .....	326
5.	Do pedido .....	326
10.8	Contestação de rescisória com base no inciso VIII do art. 966 do CPC – erro de fato .....	328
1.	Dos fatos .....	328
2.	Do pedido .....	329
<b>11.</b>	<b>Jurisprudência .....</b>	<b>331</b>
11.1	Cabimento da ação rescisória .....	331
11.2	Ação rescisória e admissibilidade .....	342
11.3	Processamento da ação rescisória .....	352
11.4	Legitimidade da ação rescisória .....	357
11.5	Efeitos da rescisória sobre a execução em curso .....	360
11.6	Recursos admissíveis .....	362
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>371</b>
	<b>Trabalhos Publicados do Autor .....</b>	<b>381</b>